



Maria da Graça Carvalho
Eurodeputada

Durban

Os 195 países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas, reunidos em Durban, na África do Sul, alcançaram um acordo histórico para o futuro do nosso planeta. A maioria dos países presentes aceitou o roteiro, proposto pela União Europeia, conducente a um acordo global vinculativo sobre o combate às alterações climáticas, que substituirá o Protocolo de Quioto. O acordo foi denominado Plataforma de Durban.

Dado que o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto expira em 31 de Dezembro de 2012, os países reunidos em Durban decidiram prolongá-lo por segundo período de cumprimento com uma duração de 5 a 8 anos. Estas decisões, que asseguram a continuidade entre o Protocolo de Quioto e o seu sucessor, envolvem todos os Países num esforço de redução dos gases com efeito de estufa que afectam o clima da Terra. As decisões de Durban foram pragmáticas e adequadas aos tempos de hoje. A velha divisão do mundo, característica do século XX, de acordo com a qual os países industrializados cumpriam obrigações e metas vinculativas enquanto os países em desenvolvimento assumiam apenas acções voluntárias, a qual, entre outras incoerências, dava à China o mesmo tratamento que ao Mali, tornou-se obsoleta. Durban deu passos firmes para que a mesma seja definitivamente ultrapassada. Em Durban começou a era de um novo multilateralismo, na qual os compromissos de todos os países terão o mesmo valor legal. O acordo que sairá da Plataforma de Durban será necessariamente muito diferente do Protocolo de Quioto, pois terá que reflectir um mundo mais complexo, com muitos países industrializados a atravessarem crises económicas e financeiras graves e com países em desenvolvimento a ostentarem um forte crescimento económico. O novo acordo deverá conciliar a preservação do planeta, o crescimento económico, a erradicação da pobreza e a sustentabilidade do bem-estar das actuais e das futuras gerações.

fórum

Director

Jorge dos Santos (C.P. nº 1654)
jorge.santos@oalgarve.com

Redacção

Rodrigo Burnay (C.P. nº 7223)
- Coordenador
rodrigo.burnay@oalgarve.com;

Tiago Griff (C.P. nº 8436)
tiago.griff@oalgarve.com

Carina Rosa (C.P. nº 8927)
carina.rosa@oalgarve.com

Susana de Sousa
susana.sousa@oalgarve.com
- Correspondente concelhos
Vila Real de S. António, Tavira, Castro Marim e Alcoutim.

Departamento Gráfico

Mário Coelho

Departamento Comercial

Andreia Abrantes
(coordenadora)
andreia.abrantes@oalgarve.com

Augusto Fonseca
augusto.fonseca@oalgarve.com

Serviços Administrativos

Susana Bernardo
susana.bernardo@oalgarve.com

Projecto Gráfico

Agostinho Franklin
Comunicação Editorial
defrank57@gmail.com

Propriedade

CanalAlgarve, Sociedade
Jornalística e Editorial, Lda.

Rua Dr. José de Matos -
Edifício Platina - Loja A- R/C
8000 - 502 Faro

NIF 509840906

Capital social: 50.000 euros
• ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve
Gerência: João Rosado e Feliciano Rito

Depósito Legal Nº 286772/08

Título registado no ICS sob o nº 104915

Contactos

Telefone 289 801 548/9
Fax 289 801 550
info@oalgarve.com
publicidade@oalgarve.com

Apoio assinantes

Telefone: 289 801 548;
assinaturas@oalgarve.com

Impressão Imprejournal SA

Distribuição Vasp e CTT

Membro de



Semanário Sai à sexta-feira

Tiragem deste número
8.900 exemplares



Armando Mota
Maestro

Conto de Natal (I)

A história dos reis magos está mal contada. Vou tentar aqui repor a verdade. O Gaspar, um dos reis magos, foi “desviado” pela estrela que não dava cavaco, e foi parar a Belém, mas..., em Portugal. Ao chegar a este jardim à beira-mar plantado achou estranho algumas coisas. Havia muitas estradas, ótimas, mas desertas por onde ninguém circulava. Não havia camponeses e ninguém a trabalhar a terra. No caminho encontrou um homem (in) Seguro que não tinha mão nos seus camelos. Gaspar perguntou-lhe;

-Companheiro! Qual o caminho mais curto para Belém?

- Ah! Essa é uma boa pergunta. Acho que primeiro tem de se sair do país e depois voltar.

Gaspar não percebeu o que o homem Inseguro lhe queria dizer, mas perguntou-lhe;

-Diga-me lá! Então há aqui uma bela estrada e ninguém circula nela?

-Ah! Sabe! Os visigodos pagaram a estrada, mas nós estamos na miséria e não temos dinheiro para andar nela. Temos de importar aquilo que comemos, eu sei lá...

-Porquê? Com tão belas terras.

-Olhe cidadão! Apareceu um Grego chamado Sócrates que nos reinou e que só fez dívidas, pois ele achava que as dívidas não eram para se pagar. Eram para se gerir, e olhe o resultado.

-O Gaspar lá foi andando até que chegou a Belém e encontrou o menino a que deram o nome de Lucro.

-Lá estava a mãe Ângela e o Pai Sarkozy. Ao lado esquerdo a vaca de nome “Défice” e à direita o burro de nome “Inflação”. Em volta muitos carneiros de várias cores. Laranja, rosa, verdes e vermelhos. Sempre que o pastor PIB fazia um gesto todas obedeciam cegamente. A estrela que não dava cavaco iluminava lá do cimo todo este cenário. De repente aparece o Espírito Santo todo de verde, que pede a Gaspar que o salve. Este, trazia uma tranche da Tróica, um grupo admirador do lucro, e a quem Gaspar obedecia cegamente. Logo a seguir aparece passo a passo, um jovem coelho, com ar de que não sabia nada do que se estava a passar e pôs-se ao lado de Gaspar. O lucro era pequenino e todos estavam preocupados com o seu futuro. O povo, cantava o fado. Para a semana conto o resto da história. (Cont.)



Álvaro Viegas
Advogado

A legal extorsão

A entrada em vigor da cobrança de portagens na Via do Infante constitui uma verdadeira extorsão a todos os que fazem desta via um meio para o seu trabalho diário.

Sou defensor desde há muito e logo quando Durão Barroso em 2002 lançou a ideia de acabar com as SCUT do utilizador/pagador, porque é notório que a levandade socialista de fazer auto-estradas sem custo para o contribuinte só poderia resultar neste pesado encargo para as gerações vindouras. A loucura da construção de auto-estradas como as que vão para Santarém ou para Elvas onde passa um carro de quando em quando é bem o exemplo do exagero nestas infra-estruturas de milhões. Paga o contribuinte a sua construção e pagamos depois a sua manutenção. Obviamente que o País não tem recursos suficientes para fazer face a este tipo de investimentos que consubstancia uma gestão danosa. O que aconteceu aos autores morais e materiais destas enormidades? Um está na ONU, outro está em Paris a estudar e o ajudante destes está num Banco Europeu. Todos de bem com a vida e cá o Zé Pagode a pagar as suas loucuras.

Se eu concordo com o princípio do utilizador/pagador para as restantes auto-estradas já o mesmo não acontece com a Via do Infante. Esta via foi suportada em 2/3 por fundos comunitários para a sua construção. Se assim é, e se a componente nacional deste investimento se cifrou em 1/3 não deveríamos nós pagar também 1/3 do valor que actualmente pagamos sempre que passamos num pórtico?

Não seria mais razoável ter-se primeiro requalificado a EN 125, criando a espaços e ao longo da sua via duas faixas para que esta estrada fosse realmente uma alternativa? Não seria mais razoável que se tivesse concluído a variante às cidades de Faro e de Olhão para evitar que todo o tráfego pesado e ligeiro passe agora dentro destas cidades, atormentando a vida de quem lá habita?

É razoável que se pague de Faro até à saída para a A2 o valor de 2€, quando de Paderne até Ourique se paga 5,15€?

Se é totalmente imputável aos governos Guterres/Sócrates a invenção das SCUT, coube ao actual governo a fixação das tarifas a cobrar e pecaram claramente por excesso num tempo de estrangulamento económico das famílias portuguesas.

A todos os que fazem o favor de acompanhar estas minhas crónicas, desejo um Feliz Natal e um Ano de 2012 melhor do que nos têm impingido.